

# ENQUADRAMENTO NO JORNALISMO FEMINISTA: CONSIDERAÇÕES SOBRE UM PERCURSO TEÓRICO-METODOLÓGICO

*FRAMING IN FEMINIST JOURNALISM: CONSIDERATIONS ON A THEORETICAL-METHODOLOGICAL PATH*

JAQUELINE ANDRIOLLI SILVA<sup>1</sup>  
KARINA JANZ WOITOWICZ<sup>2</sup>

## RESUMO

O presente artigo discute as contribuições das teorias feministas para o estudo do jornalismo, destacando o viés crítico acerca da universalidade da ciência e a necessidade de contemplar, na análise dos fenômenos sociais, a perspectiva interseccional. Com base na experiência de realização de uma pesquisa de mestrado sobre a cobertura das eleições de 2022 em portais feministas, o artigo expõe o uso da teoria do enquadramento a partir de um tensionamento que reconhece as especificidades dos modos de fazer jornalismo feminista. Como resultado do percurso metodológico adotado, são oferecidas possibilidades de análise dos *frames* que contemplam a identificação das fontes e a construção do tema e da problemática com um viés interseccional.

**Palavras-chave:** Jornalismo feminista; Enquadramento; Política; Metodologia de pesquisa; Interseccionalidade.

## ABSTRACT

*This article discusses the contributions of feminist theories to the study of journalism, highlighting the critical approach regarding the universality of science and the need to incorporate an intersectional perspective when analyzing social phenomena. Based on the experience of conducting a master's research project on the coverage of the 2022 elections in feminist portals, the article presents the use of framing theory through a tension that acknowledges the specificities of feminist journalism practices. As a result of the methodological approach adopted, possibilities for analyzing frames are offered, considering the identification of sources and the construction of the theme and issues with an intersectional bias.*

**Keywords:** Feminist journalism; Framing; Politics; Research methodology; Intersectionality.

1 Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e bolsista pela CAPES. Mestre em Jornalismo (2024) pelo Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). E-mail: jaqueandriolli@gmail.com

2 Professora Dra. do Curso de Jornalismo e do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Coordenadora do grupo de pesquisa Jornalismo e Gênero. Bolsista de produtividade em pesquisa pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). E-mail: karinajw@gmail.com

## Introdução

O jornalismo tem desempenhado um papel crucial na construção e disseminação de narrativas sobre as experiências e lutas das mulheres ao longo da história. Desde o século XIX, quando as primeiras vozes femininas começaram a se manifestar na mídia, até o surgimento de publicações alternativas durante a ditadura militar no Brasil, as mulheres têm utilizado diferentes plataformas para expressar suas demandas e problematizar sua condição na sociedade.

Este trabalho tem o objetivo de traçar o percurso teórico e metodológico da dissertação de mestrado com o título “Mulheres na Política: os enquadramentos da cobertura alternativa jornalística feminista sobre as Eleições de 2022”, defendida no início de 2024 no Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa. A proposta da dissertação foi compreender como os portais alternativos *Portal Catarinas*<sup>3</sup>, *Gênero e Número*<sup>4</sup> e *Nós, Mulheres da Periferia*<sup>5</sup> realizaram a cobertura sobre as mulheres na política através da análise de enquadramento das reportagens publicadas durante o período de campanha eleitoral de 2022, evidenciando o papel do jornalismo feminista na projeção de candidaturas de mulheres e na defesa da democracia com a inserção das mulheres nos espaços de representação.

No debate teórico-metodológico, feito a partir das definições de enquadramento, buscou-se evidenciar a relevância do enquadramento em pesquisas sobre política no jornalismo e as contribuições da perspectiva de gênero. Para realizar a análise de enquadramento, foram coletadas e classificadas todas as publicações durante a campanha eleitoral de 2022 do primeiro e segundo turnos, entre os dias 16 de agosto e 30 de outubro, depois selecionadas as que se tratavam do assunto política e/ou eleições, totalizando 49 publicações. Por fim, identificou-se que a cobertura dos portais, durante as eleições de 2022, foi realizada através de três enquadramentos, nomeados pela pesquisa da seguinte forma: 1) Mulheres são o futuro na política; 2) A falha é do sistema político; 3) Ele não: contra a candidatura de Jair Messias Bolsonaro.

Para a realização do trabalho, foi necessário cruzar conhecimentos de diversas áreas e perspectivas teóricas. As investigações de enquadramento se voltam para perceber o viés de cada veículo, explorando as suas tendências e repetições. A caracterização do que seriam os enquadramentos foi proposta no campo da psicologia por Gregory Bateson. O teórico, de tradição fenomenológica, buscou explicar como as interações humanas estão baseadas em quadros de sentido, que definem e moldam as interpretações e ações sociais (Goffman, 2012).

A pesquisa considerou a noção de quadros, mas se dedicou a compreender como os portais realizaram a cobertura e como demonstram um posicionamento político, já que os três veículos selecionados são politicamente posicionados e militantes. Foi a partir desse entendimento que se reconheceu a necessidade de considerar epistemologias feministas para compreender o posicionamento político dos portais investigados. Portanto, este artigo tem o objetivo de

3 O *Catarinas* atua como um portal de jornalismo especializado em gênero e direitos humanos desde 2016. O portal tem uma cobertura mais local e regional, de Florianópolis e municípios da região, em Santa Catarina. Site disponível em: <https://catarinas.info/>.

4 O *Gênero e Número* busca abordar questões de gênero e raça a partir da interpretação de dados, desde 2016. O enfoque do portal é fazer uma cobertura nacional, com reportagens investigativas e análise de dados. Site disponível em: <https://www.generonumero.media/>.

5 *Nós, Mulheres da Periferia* foi lançado em 2014, primeiramente apresentado como coletivo, depois como empresa jornalística e está localizado em São Paulo. A iniciativa trabalha com jornalismo periférico e discussões sobre classe, raça, gênero e território. Site disponível em: <https://nosmulheresdaperiferia.com.br/>.

apresentar a proposta de execução metodológica de enquadramento, tendo como pano de fundo as teorias feministas e saberes localizados, partindo da necessidade de instrumentalizar a produção de um saber feminista.

## A universalidade é excludente: a crítica feminista à ciência e ao jornalismo

No contexto de articulação feminista a crítica à ciência se torna um dos principais pontos da agenda (Sardenberg, 1999), questionando os pressupostos da ciência moderna, onde as bases científicas tradicionais mais consolidadas se dizem neutras, objetivas e universais. As feministas denunciam a exclusão de mulheres na ciência, questionando tanto as bases teóricas da ciência moderna, quanto seus objetos de investigação e a dificuldade de acesso de mulheres na produção do saber científico (Sardenberg, 1999). As ciências feministas se fundamentam a partir de uma práxis e possuem forte relação com os movimentos sociais e políticos, sendo assim, elas buscam autoridade e fundamentos através do ser e saber politizado (Sardenberg, 1999).

Entre as autoras mais citadas na crítica à ciência está Donna Haraway, considerada entre as feministas biólogas, ela questiona a objetividade científica. Donna Haraway (1995) formula um novo conceito de objetividade, referência para as críticas feministas, mas também para as críticas feministas dentro do jornalismo. Para ela, os contextos históricos e interpretativos precisam ser levados em conta, considerando também o poder da linguagem. Haraway (1995) desenvolve o conceito de “objetividade corporificada”, defendendo a ideia de que o conhecimento e a objetividade não são neutros ou universais, mas influenciados pela experiência e pela posição social dos indivíduos. Em vez de buscar uma visão objetiva e distanciada, Haraway propõe que o conhecimento deve reconhecer suas raízes corporificadas, ou seja, é moldado por fatores como gênero, raça, classe e contexto histórico.

A constituição da objetividade no jornalismo tem uma relação direta com a ciência positivista, que valoriza o conhecimento científico como único e verdadeiro, somente alcançado através de um método (Sponholz, 2009). Para o jornalismo, isso significa estar posto em uma dualidade entre objetividade e subjetividade, entre fatos ou opiniões. Já Donna Haraway (1995), com a objetividade corporificada, desafia a noção tradicional de objetividade, enfatizando que todo conhecimento é situado e parcial e defendendo a inclusão de diferentes vozes e experiências.

Assim, análises que se baseiam na defesa da neutralidade, imparcialidade e principalmente da objetividade jornalística se mostram insuficientes para refletir sobre iniciativas que partem de um posicionamento direcionado e engajado a partir da realidade, como é o caso do jornalismo feminista. Para Garcez (2020), na reflexão sobre os princípios da objetividade jornalística é necessário considerar a falta de participação de mulheres na construção de teorias, também é necessário entender que é impossível a separação total entre sujeito e objeto no jornalismo.

Costa (2018) afirma que o jornalista visto como objetivo é aquele que reproduz os valores hegemônicos e não questiona o senso comum; nesse sentido, os valores da objetividade só são questionados quando as matérias não reproduzem esses valores. Ou seja, só se questiona a objetividade no jornalismo alternativo com perspectiva de gênero porque ele tensiona as estruturas estabelecidas. Fabiana Moraes e Marcia Veiga da Silva (2019, p. 1) também refletem

sobre a objetividade jornalística, afirmando que ela é resultado do “sistema-mundo capitalista, patriarcal, ocidental, moderno”. Significa dizer que o jornalismo é um conhecimento resultado da colonização dos povos, no contexto brasileiro, do falso discurso da modernidade, além de ser machista, racista, branco, heterossexual e classista (Moraes; Veiga da Silva, 2020).

O campo do jornalismo tem reconsiderado as noções clássicas de objetividade, neutralidade e imparcialidade e essa contribuição envolve as discussões propostas por mulheres jornalistas e feministas históricas. Costa (2018) aponta a importante relação de portais com abordagens que consideram diversos marcadores sociais e a forte presença da perspectiva feminista interseccional, indicando rupturas com a mídia tradicional, seguindo a proposta de desafiar estereótipos de gênero. “A elaboração de novas soluções jornalísticas, éticas e práticas, para a construção de discursos que se opunham aos que circulam na mídia hegemônica talvez seja o grande desafio enfrentado pelos portais que articulam jornalismo e gênero” (Costa, 2018, p. 102). Portanto, as críticas construídas pelo movimento feminista possuem base teórica fundamentada. São apontamentos feitos a partir do lugar dos movimentos sociais que reconhecem o papel dos meios de comunicação na formação de opiniões e representações da realidade.

## Definições de enquadramento para o jornalismo

A noção de enquadramento e sua utilização enquanto técnica metodológica ganhou destaque nas pesquisas que envolvem comunicação, jornalismo, imprensa e política, principalmente na tentativa de dar significados aos discursos produzidos pela mídia e sua influência na formação da opinião pública sobre acontecimentos políticos. Os discursos da mídia formam um conjunto de pacotes interpretativos que dão sentido para os eventos da realidade. Essa constelação de discursos pode ser acessada através da noção de *frame*. Os discursos sociais são formados por interpretações que são somadas e articuladas através do enquadramento da mídia.

Erving Goffman (2012) desenvolve um uso mais sistemático do conceito de enquadramento e afirma que enquadrar envolve seleção e organização da realidade. De acordo com Goffman (2012, p. 31), quem busca responder sobre quaisquer acontecimentos escolhe um ponto de vista e isso pode ser alterado dependendo da pessoa e de suas motivações pessoais ou de veículos. A noção de quadro é utilizada para se referir aos elementos básicos que dão sentido aos eventos e às situações sociais.

Porto (2004) apresenta trabalhos importantes no desenvolvimento do conceito de enquadramento e sua aplicação em estudos da mídia. Entre eles, estão os estudos desenvolvidos por William Gamson. No livro “*Talking Politics*” (1992), o sociólogo propõe estudar os efeitos dos enquadramentos na mídia de massa, na tentativa de identificar como a mídia influencia as conversas cotidianas dos cidadãos sobre temas políticos. Para ele, é preciso levar em consideração a conjuntura cultural e social por trás dos enquadramentos e das lutas políticas (Gamson, 2011). O autor utiliza a noção de pacotes interpretativos para estabelecer essa ideia central organizadora.

A mídia possui predominância nos discursos da sociedade e maior potencial para a disseminação da universalidade (Gomes, 2008; Vimieiro, 2010). Vimieiro (2010) aponta a importante relação dos enquadramentos com a mídia e a esfera pública como uma discussão que ganhou força nas pesquisas sobre jornalismo. Processos de enquadramento são formas de relação de

poder, que podem ser mobilizados estrategicamente; é preciso ter em mente que quadros são estruturas simbólicas que vinculam atores sociais, são por eles transformados e podem ser modificados também ao longo do tempo (Porto, 2004; Gomes, 2008; Vimieiro, 2010).

O enquadramento também é utilizado como forma de influenciar a deliberação pública na esfera política (Pan; Kosicki, 2001). A deliberação, considerada como esse espaço público e individual de debate e reflexão, com o objetivo de resolver impasses para tomar decisões, é parte constitutiva da democracia. Com isso, as decisões individuais e coletivas são objetos de interesse do jornalismo e de atores políticos (Pan; Kosicki, 2001; Porto, 2004; Prudencio; Rizzotto; Sampaio, 2018). Nesse sentido, Pan e Kosicki (2001) apresentam a deliberação como uma disputa ideológica, onde os processos de enquadramento são centrais na definição de questões e discursos em torno da arena política.

## O percurso metodológico do enquadramento e a interseccionalidade como categoria analítica

Para entender os princípios organizadores da construção do *frame*, é preciso partir de alguns procedimentos correspondentes ao método e da definição de enquadramento utilizada na pesquisa que embasa este artigo. Reese (2001) aponta que estabelecer um quadro vai além de medir o tamanho ou a frequência que certos termos aparecem, é na relação entre eles e no cruzamento das informações coletadas que os significados embutidos se apresentam. Definir o enquadramento dos conteúdos da imprensa é verificar, de modo empírico, todas as influências que interferem no modo produtivo da informação, estabelecendo uma relação entre as fontes, patrocinadores, práticas sociais, interesses envolvidos, personagens citados, análises qualitativas e ideológicas do conteúdo, valores notícia, além da audiência e possíveis efeitos (Reese, 2001; Soares, 2015).

Os quadros são geradores de informações, com a inclusão ou exclusão de dados da realidade; eles também são dispositivos de triagem, portanto, os quadros são instrumentos de poder (Reese, 2001). Vale ressaltar a definição de enquadramento considerada para este trabalho formulada por Reese (2001, p. 11, tradução da autora): "Frames são princípios organizadores que são socialmente compartilhados e persistentes ao longo do tempo, que funcionam simbolicamente para estruturar o mundo social". O autor também elenca seis características principais dos frames: organização, princípios, compartilhamento, persistência, simbólico e estrutural. Nesse sentido, os enquadramentos *organizam* as informações através da seleção, baseados em *princípios* de ordem individual ou institucional, eles precisam ser *compartilhados* para atingir um nível significativo de comunicação. Sua importância é medida pela *persistência* no contexto social em que ele é colocado e na capacidade de influenciar *simbolicamente* a *estrutura* social.

O quadro de elementos estruturais dos *frames* apresentado por Lopes (2019, p. 47) foi pertinente para este trabalho. O autor insere a relação do **subtópico (assunto)**<sup>6</sup> dos textos analisados com os **subtemas**, que se apresentam pelos contextos relacionados com o texto que muitas vezes não são citados de forma direta. A definição de escopo é relevante, diz respeito ao

6 Grifo utilizado para identificar os elementos dos *frames* durante a explicação.

nível de localização geográfica do texto e, para este trabalho, foi adotado o termo “**abrangência**”. As **recomendações, soluções e julgamentos** também foram consideradas, se apresentando como avaliações do autor referentes ao tema apresentado (Lopes, 2019).

Na identificação de fontes e personagens, Vimieiro (2010) as determina a partir das notícias e Lopes (2019) define apenas o ator social protagonista. Já na primeira etapa de investigação sentimos a necessidade de aprofundar a identificação de cada fonte, inclusive para relacionar com o conceito analítico de interseccionalidade e explorar a categoria mulheres diante da identificação das fontes. Para isso, acrescentamos alguns elementos, como categoria, representatividade, crédito, gênero, raça e posição que ocupa, seguindo algumas definições de Schimitz (2011). A identificação da interseccionalidade foi colocada como presença ou ausência de três operadores: na diversidade de fontes; problematização da temática; e/ou uso da linguagem. Neste trabalho, considera-se a importância de não considerar só o gênero como um marcador de opressão, mas também outros, como raça, classe, território, sexualidade, idade, etnia etc. Portanto, na busca de uma palavra que resumisse todos esses demarcadores, a interseccionalidade parece ser a mais abrangente e assertiva.

A interseccionalidade aponta para a relação entrelaçada entre raça, gênero, classe, sexualidade e demais eixos marcadores. O termo foi cunhado pela pesquisadora afro-estadunidense Kimberlé Crenshaw no ensaio “Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics” (1989). A perspectiva considera a relação entre os eixos dos sistemas de poder, que se entrecruzam e criam interseções de opressão (Crenshaw, 2006). A definição contribuiu para pensar não só as diferentes opressões sofridas pelas mulheres negras, mas também a sua marginalização nas teorias e nas políticas feministas.

Os aspectos teóricos e a raiz do conceito partem das contribuições do feminismo negro - questão apontada por Akotirene (2019) ao indicar que Lélia Gonzalez já articulava racismo, sexismo e a exploração capitalista desde a década de 1980. Nesse sentido, diversas autoras vão nomear e cruzar de diferentes maneiras os marcadores de opressão. Sardenberg (2015, p. 89) demonstra essa imbricação das matrizes de opressão, nesse entrelaçar, uma reforçando a outra, ao propor a noção de caleidoscópio de gênero. No entendimento que gênero nunca opera independente de outros aspectos da vida, a autora constrói a metáfora com o caleidoscópio para evidenciar os diversos cenários e “posicionalidades” construídas a partir da mobilização de um ou mais marcadores. A noção de caleidoscópio de Sardenberg (2015) demonstra as diferentes formas que diversas autoras nomearam o que se entende por interseccionalidade. Seja em Saffioti (1992) ao tratar da imbricação e simbiose do patriarcado, racismo e capitalismo, Collins (1999) nas opressões que se entrelaçam e estão interligadas, Crenshaw (2006) na interseccionalidade e nas avenidas que se cruzam ou em Akotirene (2019) nas avenidas identitárias.

Nas palavras de Akotirene (2019), a potencialidade do conceito está demarcada na instrumentalidade teórico-metodológica, permitindo enxergar a colisão das estruturas, sem separá-las ou observá-las individualmente. Nesse sentido, a interseccionalidade busca compreender as implicações estruturais e dinâmicas resultantes da interação entre dois ou mais eixos de subordinação, além de explorar a maneira pela qual os sistemas geram desigualdades que moldam as posições sociais (Crenshaw, 2002). A interseccionalidade é uma lente analítica utilizada há mais de 30 anos, que contribuiu nas perspectivas de enegrecer o feminismo e sistematizar as

estruturas, trazendo-as para uma dimensão prática. Apesar dos maus usos do termo, Akotirene (2019, p. 55) acredita na sua potencialidade, porém, somente quando articulado às propostas descoloniais e decoloniais.

Com isso, a partir dos apontamentos e das reflexões de Vimieiro (2010) e Lopes (2019) sobre enquadramento, Schmitz (2011) sobre fontes e a interseccionalidade de Crenshaw (2002) e Akotirene (2011), além das adaptações e readaptações propostas para o objeto e objetivo da pesquisa, o quadro a seguir apresenta os operadores analíticos que foram parte da codificação do trabalho:

Quadro – Quadro de operadores analíticos

<b>Tema</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Assunto ou subtópico</li> <li>▪ Abrangência</li> </ul>
<b>Fontes</b> (qualificação)	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Categoria (primária ou secundária)</li> <li>▪ Grupo (oficial, institucional, empresarial, testemunhal, especializada, referencial, notável, mídia social ou popular)</li> <li>▪ Crédito (identificada ou anônima)</li> <li>▪ Gênero</li> <li>▪ Raça</li> <li>▪ Posição que ocupa</li> </ul>
<b>Problemática</b> Sentido de recomendação que o texto (autor ou veículo) vai trazer, onde ele cria comprometimento	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Recomendação</li> <li>▪ Julgamento</li> <li>▪ Solução</li> </ul>
<b>Subtema</b> (relação que estabelece com o contexto)	
<b>Interseccionalidade</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Diversidade de fontes</li> <li>▪ Problematização da temática</li> <li>▪ Uso da linguagem</li> </ul>

Fonte: Schmitz (2011); Autora (2023)

Como explicado acima, a primeira etapa foi identificar a temática de cada publicação, com o assunto e a abrangência. Para explorar as fontes, foram utilizadas e adaptadas as tipificações de fontes de notícias de Schmitz (2011), classificadas a partir de sua categoria, grupo ou representatividade, ação, crédito e qualificação. Para o autor, essa demarcação permite inter-relacionar as fontes, apresentando características de cada uma dentro das notícias.

Para este trabalho, foram necessárias algumas adaptações e inserções, para garantir a apreensão total das características de cada fonte e suas singularidades no jornalismo com perspectiva de gênero. Na categoria, as fontes podem ser primárias – aquelas que fornecem a informação, servem como testemunhas do fato – ou secundárias, servem de suporte para confirmar as informações, explicar, interpretar etc. (Schmitz, 2011). O grupo ou representatividade serve para identificar a origem da fonte, qual é o tipo de representação que a fonte traz para a notícia, podendo ser: 1) Oficial: exercem funções em cargos públicos; 2) Empresarial: representam empresas, comércios ou serviços da indústria; 3) Institucional: organizações sem fins lucrativos, grupos ou movimentos sociais; 4) Popular: fala em nome de si mesmo; 5) Notável: possuem

alguma notoriedade para a notícia, seja algum talento ou ofício; 6) Testemunhal: é aquela que viu o fato noticioso e é procurada para dar seu relato; 7) Especializada: pessoa ou organização com saber específico, especialista no assunto; 8) Referência: são arquivos ou documentos utilizados para dar suporte à narrativa jornalística; 9) Mídia social: são falas ou opiniões retiradas de redes sociais como *Facebook* e/ou *Twitter* (Schmitz, 2011). Nos créditos, as fontes podem ser identificadas ou anônimas.

Para fazer o cruzamento com a perspectiva teórica interseccional, foi preciso considerar o gênero, raça e outros demarcadores das fontes, quando identificadas. Um exemplo é na divulgação das candidaturas, os veículos identificaram o nome, seguido da raça, gênero e por vezes até a sexualidade para apresentar as candidatas. Portanto, se viu necessário apreender também essas características. A posição que ocupa é um complemento da representatividade, porque as classificações como populares, oficiais, testemunhais etc., não foram suficientes para identificar quem são as mulheres (cis ou trans) e porque elas ocupam a posição de fonte na notícia.

A problemática foi identificada a partir do gancho da notícia e no sentido de recomendação, solução ou julgamento que a autora do texto jornalístico escolheu fazer. É onde a reportagem coloca o problema da notícia, reconhecido a partir da seguinte pergunta: "Qual é a recomendação, solução ou julgamento presente para se referir ao gancho do texto?". No processo de análise, evitou-se buscar a problemática a partir das falas das fontes; apesar de também indicar uma seleção por parte da produção da reportagem, este operador foi identificado a partir do conteúdo completo da notícia ou reportagem. É um operador que trabalha em conjunto com o subtema; por vezes, a identificação deste facilitou a caracterização da problemática. O subtema é a relação que o texto estabelece com o contexto e pode ser identificado ou não pela publicação. Já o dispositivo analítico da interseccionalidade possui diálogo com as teorias de perspectiva de gênero apresentadas acima. O objetivo é identificar se ela está presente nos portais e como o conceito é utilizado na diversificação de fontes, na problematização da temática ou no uso da linguagem.

Ao utilizar tais procedimentos metodológicos, foi possível valorizar as especificidades do fazer feminista praticado pelos portais para desvendar os enquadramentos presentes na cobertura eleitoral. Trata-se, portanto, da mobilização de uma proposta teórico-metodológica amplamente utilizada nos estudos da área para a análise do jornalismo feminista, sustentada por aportes do feminismo interseccional/decolonial.

## Considerações finais

Esta pesquisa, de natureza experimental, representa a primeira aplicação da metodologia de enquadramento no jornalismo feminista. Durante esse processo, foram implementados passos iniciais, bem como adaptações e transposições de metodologias de outras pesquisas de enquadramento. No entanto, há espaço para a continuação e estabelecimento de padrões em relação a outros veículos e abordagens de pesquisa. Nesse sentido, a descrição dos caminhos e escolhas de análise merece destaque.

A literatura sobre enquadramento aponta a necessidade de encontrar na mídia os posicionamentos diante da realidade noticiada. Esse foi um ponto de partida para entender o diferencial dos portais feministas e para estabelecer diferenças dentro do processo metodológico. A definição de *frame* ou enquadramento utilizada foi a de Reese (2001, p. 11), isso porque a caracterização de enquadramento levantada pelo autor considera os princípios como ideias compartilhadas que organizam o social. Nessa linha, ao analisar os portais feministas, surgiram algumas questões-chave: Quais são os códigos compartilhados pelos portais e quais são as semelhantes entre os três? Como os veículos entendem o mundo social e a partir disso direcionam o(a) leitor(a) para a interpretação da realidade?

Durante o processo de coleta foi possível verificar a diversidade de fontes, temáticas e problematizações. Ficou claro que as análises de enquadramento convencionais, que aplicam a categoria “personagem” para entender as fontes, não seriam suficientes. Por isso, foi necessário buscar outras formas de olhar para a diversidade de fontes. Nessa etapa, o enquadramento cruzou-se com as teorias feministas e de gênero, permitindo uma compreensão mais profunda dos cruzamentos e estruturas que identificam o porquê determinadas pessoas ocupam o papel de fonte em uma reportagem específica, dentro de um assunto determinado. Isso reflete o enquadramento nas escolhas que os portais tomam a cada etapa do processo de construção da notícia, desde a seleção do título até a escolha das vozes que serão incluídas na reportagem. Um exemplo claro disso é a escolha dos portais de mobilizar com menor frequência fontes empresariais, institucionais e oficiais e, ao mesmo tempo, valorizar fontes testemunhais e especializadas.

A identificação da interseccionalidade como um objetivo específico partiu da necessidade de compreender a categoria analítica gênero e mulheres como experiências atravessadas por raça, classe, etnia e outros marcadores da vida social de cada uma. Foi possível determinar que essa preocupação é compartilhada pelos três portais, ao identificar os locais de fala de cada fonte. Seja na apresentação das candidatas, na introdução de cada fonte especializada ou na própria problematização da pauta, incluindo o uso de infográficos e subtópicos no texto.

Percebeu-se as relações entre os portais, especialmente suas abordagens no tratamento das temáticas, passando pelos três enquadramento identificados e caracterizados da seguinte forma:

1. “Mulheres são o futuro na política”: os sites escolheram trazer o viés de recomendação em favor do voto em mulheres, posicionando as mulheres como uma solução para a conjuntura política de 2022. Mesmo quando o posicionamento negativo aparece é sobre o contexto político eleitoral e a solução identificada está voltada à maior elegibilidade de mulheres. É importante ressaltar o protagonismo de fontes mulheres em todas as reportagens publicadas pelos portais dentro deste enquadramento.
2. “A falha é do sistema político eleitoral”: os portais identificaram os problemas estruturais relacionados à falta de representatividade feminina na política, discutindo também a realidade de mulheres que já ocupam cargos políticos. Esse tipo de reportagem ocupa todo o período eleitoral, com publicações no primeiro e segundo turnos, trazendo análises e resultados também sobre o pós-eleições.
3. “Ele não: contra a candidatura de Jair Messias Bolsonaro”: destaca-se o posicionamento explícito contra a candidatura do ex-presidente. Os três veículos se posicionaram contra a eleição do candidato do PL em momentos diferentes.

Os resultados revelam a valiosa contribuição do jornalismo ao elevar as candidaturas femininas como uma questão de relevância na esfera pública. O jornalismo alternativo feminista, representado pelos portais *Catarinas*, *Gênero e Número* e *Nós, Mulheres da Periferia*, desempenha um papel crucial na promoção da democracia ao advogar pela inclusão ativa das mulheres nos espaços de representação política. Este tipo de jornalismo não apenas destaca a importância da presença feminina, mas também aborda de maneira crítica as barreiras e desafios que as mulheres enfrentam ao entrar no cenário político.

## Referências

- AKOTIRENE, Carla. *Interseccionalidade*. Feminismo Plurais/ coordenação de Djamila Ribeiro. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.
- COLLINS, Patricia Hill. *Fighting words*. Black women and the search for justice. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1999.
- COSTA, Jessica Gustafson. *Jornalismo feminista: estudos de caso sobre a construção da perspectiva de Gênero no jornalismo*. Dissertação (Mestrado em Jornalismo) - Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Jornalismo, Florianópolis, 2018.
- CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas*, v. 10, n. 1, p. 175, 2002. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2002000100011/0>.
- CRENSHAW, K. W. Intersectionality, Identity Politics and Violence Against Women of Color. *Kvinder, Køn & Forskning*, 2006. <https://doi.org/10.7146/kkf.v0i2-3.28090>
- ENTMAN, R. M. Framing: Toward clarification of a fractured paradigm. *Journal of Communication*, v. 43, n. 4, p. 51-58, 1994.
- GAMSON, William. *Falando de política*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.
- GARCEZ, Bibiana. *O Jornalismo alternativo atento às mulheres: uma análise dos portais brasileiros revista AzMina e Gênero e Número*. Universidade de Coimbra, 2020. Dissertação. Disponível em: <https://eg.uc.pt/handle/10316/93648>.
- GOFMANN, Erving. *Os quadros da experiência social: uma perspectiva de análise*. Petrópolis: Vozes, 2012.
- GOMES, Wilson. Da discussão à visibilidade. In: GOMES, W.; MAIA, R. C. M. (Ed.). *Comunicação e democracia: problemas e perspectivas*. São Paulo: Paulus, 2008. p.117-162.
- HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, n.5, Campinas: Unicamp, 1995.
- LOPES, Fernando. *Cultura em revista: os enquadramentos das editoriais de cultura das revistas Veja e CartaCapital*. Dissertação (Mestrado em Jornalismo). Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2019.
- MORAES, Fabiana. VEIGA, Marcia. A objetividade jornalística tem raça e tem gênero: a subjetividade como estratégia descolonizadora. In: *Anais [...] XXVIII Encontro Anual da Compós*. Porto Alegre, 2019. Disponível em: [https://www.compos.org.br/biblioteca/trabalhos\\_arquivo\\_5LFXYWXMOTM6JSBQBTT\\_28\\_7677\\_20\\_02\\_2019\\_17\\_55\\_17.pdf](https://www.compos.org.br/biblioteca/trabalhos_arquivo_5LFXYWXMOTM6JSBQBTT_28_7677_20_02_2019_17_55_17.pdf).
- MORAES, Fabiana. VEIGA, Marcia. Onde está Ruanda no mapa? Decolonialidade, subjetividade e o racismo epistêmico do jornalismo. In: *Anais [...] XXIX Encontro Anual da Compós*. Campo Grande, 2020. Disponível em: [http://www.compos.org.br/biblioteca/trabalhos\\_arquivo\\_WMG0DZEUNUYC3EX2J9GO\\_30\\_8639\\_26\\_02\\_2020\\_13\\_59\\_47.pdf](http://www.compos.org.br/biblioteca/trabalhos_arquivo_WMG0DZEUNUYC3EX2J9GO_30_8639_26_02_2020_13_59_47.pdf).
- PAN, Zhongdang; KOSICKI, Gerald M. Framing as a Strategic Action in Public Deliberation. In: REESE, Stephen D; GANDY, Oscar H; GRANT, August E. *Framing public life: perspectives on media and our understanding of the social life*. New Jersey: Lawrence Erlbaum Publishers, 2001.

PORTO, Mauro. *Comunicação e política: conceitos e abordagens*. Salvador: Edufba, 2004.

PRUDENCIO, K.; RIZZOTTO, C.; SAMPAIO, R. C. A Normalização do Golpe: o esvaziamento da política na cobertura jornalística do “impeachment” de Dilma Rousseff. *Contracampo*, Niterói, v. 37, n. 02, pp. 08-36, ago. 2018/nov. 2018.

REESE, Stephen D. Prologue Framing Public Life: A Bridging Model for Media Research. In: REESE, Stephen D; GANDY, Oscar H; GRANT, August E. *Framing public life: perspectives on media and our understanding of the social life*. New Jersey: Lawrence Erlbaum Publishers, 2001.

SAFFIOTI, Heleieth. Rearticulando gênero e classe social. In: BRUSCHINI, C.; COSTA, A. O. (Orgs.). *Uma Questão de Gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992, p.183-215.

SARDENBERG, Cecilia. Da Crítica Feminista à Ciência a uma Ciência Feminista?. *Revista Estudos Feministas*, vol. 7, n. 2, 1999, pp. 381-395. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/6875/1/Vers%C3%A3o%20Final%20Da%20Cr%C3%ADtica%20Feminista.pdf>.

SARDENBERG, Cecilia. Caleidoscópios de gênero: gênero e interseccionalidades na dinâmica das relações sociais. *Mediações*. v. 20, n. 2, 2015. p. 56-96. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/24125/Caleidosc%C3%B3pios%20de%20g%C3%AAnero>.

SCHMITZ, A. *Fontes de notícias: ações e estratégias das fontes no jornalismo*. Florianópolis: Combook, 2011.

SOARES, Murilo Cesar. Análise de Enquadramento. In: BARROS, Antônio; DUARTE, Jorge (org). *Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação*. 2ªEd. São Paulo: Atlas, 2015.

SPONHOLZ, Liriam. *Jornalismo, Conhecimento e Objetividade: além do espelho e das construções*. Florianópolis: Insular, 2009.

VIMIEIRO, Ana Carolina Soares Costa. *Cultura pública e aprendizado social: a trajetória dos enquadramentos sobre a temática da deficiência na imprensa brasileira (1960-2008)*. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social). Universidade Federal de Minas Gerais: Belo Horizonte, 2010.